

Administração Central
Unidade de Infraestrutura – UIE
Departamento de Patrimônio Imobiliário – DPI
Divisão de Gestão Imobiliária – DGI

ANEXO IV
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DE PROCESSO DE
DOAÇÃO DE IMÓVEL DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO AO CEETEPS

1. Documentos relativos ao Doador

- 1.1. Lei de Aprovação do Loteamento, quando couber;
- 1.2. Declaração de vontade do proprietário do imóvel;
- 1.3. Documentos de qualificação do proprietário;
- 1.4. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT);
- 1.5. Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- 1.6. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 1.7. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- 1.8. Certidão da Justiça do Trabalho;
- 1.9. Certidão dos Cartórios de Protesto da região;
- 1.10. Certidão de Distribuição Cível;
- 1.11. Certidão de Executivos Fiscais – Municipal e Estadual;
- 1.12. Certidão da Justiça Federal;
- 1.13. Certidão da Justiça Criminal.
- 1.14. Certidão Conjunta da Procuradoria Geral da Receita Federal para pessoa jurídica de Direito Privado (PGFN), em consonância à Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014.

2. Documentos relativos ao imóvel objeto da doação

- 2.1. Certidão de Averbação de Desafetação, quando couber;
- 2.2. Certidão de Ocupação de Solo (para terreno sem edificação), quando couber;
- 2.3. Certidão de Zoneamento;
- 2.4. Habite-se;
- 2.5. Aprovações municipais, junto ao Corpo de Bombeiros, autorizações ambientais e outras que se fizerem necessárias;
- 2.6. Certidão de Valor Venal do Imóvel;
- 2.7. Certidão de Medidas e Confrontações;
- 2.8. Certidão de dados cadastrais na Prefeitura (imóvel urbano) ou no INCRA (imóvel rural);
- 2.9. Certidão negativa de tributos imobiliários;
- 2.10. Memorial Descritivo do Imóvel com ART ou RRT;
- 2.11. Levantamento Topográfico Planialtimétrico atualizado (em “.pdf” e “.dwg”);
- 2.12. Levantamento Planimétrico Cadastral atualizado (em “.pdf” e “.dwg”);
- 2.13. Certidão atualizada da Matrícula /Transcrição do imóvel, devendo constar exata identificação do perímetro – com georreferenciamento quando couber, filiação vintenária, negativa de ônus reais e ações pessoais reipersecutórias e averbação da edificação, quando houver; e,
- 2.14. Minuta da Escritura Pública de Doação (em consonância ao Parecer Referencial AGI nº 1/2022 – anexo XX).